

REPÚBLICA DE ANGOLA | PERFIL 2021

INDICADORES DE GOVERNANÇA DA MIGRAÇÃO



As opiniões expressas nas publicações da OIM - Organização Internacional para as Migrações são dos autores e não reflectem necessariamente a opinião da OIM. As denominações utilizadas no presente relatório e a forma pela qual são apresentados os dados não implicam, por parte da OIM, qualquer opinião sobre a condição jurídica dos países, territórios, cidades ou áreas, ou mesmo as suas autoridades, nem tão pouco a respeito à delimitação de suas fronteiras ou limites. Quaisquer erros e omissões são da responsabilidade dos autores.

A OIM compromete-se pelo princípio de que a migração ordenada e em condições humanas beneficia os migrantes e a sociedade. Como organização intergovernamental, a OIM actua com os seus parceiros da comunidade internacional para: ajudar a enfrentar os crescentes desafios da gestão da migração; fomentar a compreensão das questões migratórias; promover o desenvolvimento social e económico através da migração; e garantir o respeito pela dignidade humana e bem-estar dos migrantes.

Embora esforços tenham sido realizados para verificar a precisão dessas informações, nem a The Economist Intelligence Unit Ltd. nem seus afiliados podem aceitar qualquer responsabilidade ou obrigação pela confiança de qualquer pessoa nessas informações.

Edição: Organização Internacional para as Migrações
17 route des Morillons
P.O. Box 17
1211 Genebra 19
Suiça
Tel.: +41.22.717 91 11
Fax: +41.22.798 61 50
Email: hq@iom.int
Internet: www.iom.int

Com pesquisa e análise por



Citação exigida: Organização Internacional para as Migrações (OIM), 2021. *Indicadores de Governança da Migração Perfil 2021 –República de Angola*. OIM. Genebra.

© OIM 2021



Alguns direitos reservados. Este trabalho é disponibilizado por [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0 IGO License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode) (CC BY-NC-ND 3.0 IGO).*

Para mais especificações por favor consultar [Copyright and Terms of Use](#).

Nenhuma parte desta publicação pode ser usada, reproduzida ou transmitida para fins que sejam primordialmente comerciais ou que envolvam compensação monetária, com exceção de fins educativos, por exemplo, para ser incluído em livros didáticos.

Autorizações: solicitações para uso comercial ou outros direitos and licenciamento devem ser encaminhados para publications@iom.int.

* <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode>

REPÚBLICA DE ANGOLA | PERFIL 2021

INDICADORES DE GOVERNANÇA DA MIGRAÇÃO

ÍNDICE

OBJETIVO // 6

INTRODUÇÃO // 7

MARCO CONCEITUAL // 9

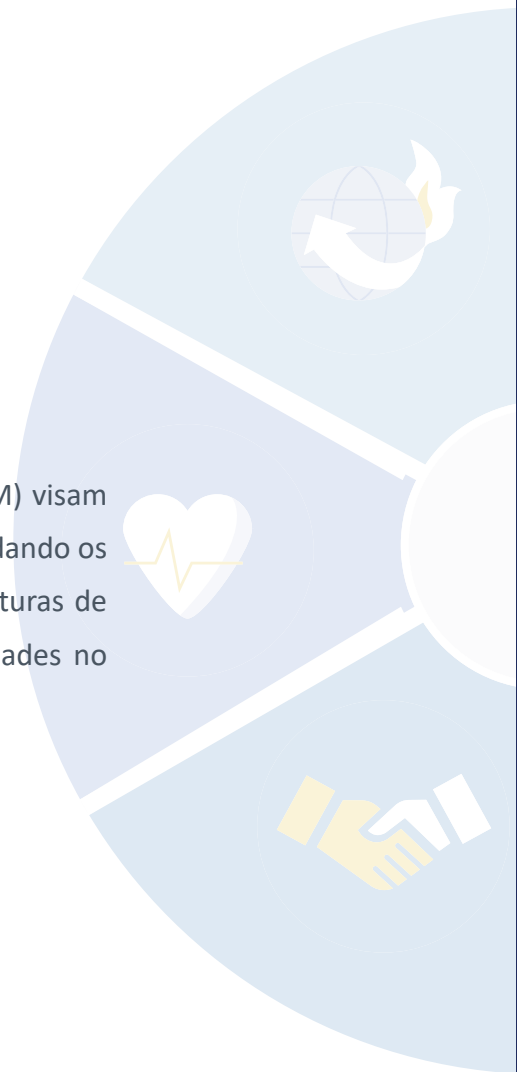
PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES // 10

PRINCIPAIS FONTES // 23

ANEXOS // 27

OBJETIVO

Os Indicadores de Governança da Migração (IGM) visam apoiar uma política de migração bem gerida, ajudando os países a avaliarem a abrangência das suas estruturas de governança de migração e identificarem prioridades no caminho a seguir.



Os IGM podem ser usados para iniciar uma discussão dentro dos governos, com outras partes interessadas relevantes no país, sobre as suas estruturas de política de migração. Podem ajudar a avaliar se essas estruturas, que muitas vezes já existem há vários anos, ainda atendem aos principais desafios e oportunidades da realidade de hoje.

INTRODUÇÃO

Esta é uma era de mobilidade sem precedentes, e a necessidade de facilitar uma migração e mobilidade ordenada, segura, regular e responsável se torna cada vez mais relevante.¹ A necessidade de enfrentar os desafios e maximizar as oportunidades que esta mobilidade traz foi reconhecida com a inclusão da migração na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual destaca a contribuição positiva dos migrantes para o crescimento e desenvolvimento inclusivo. A migração está integrada por uma série de metas de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como, por exemplo, acabar com a escravidão moderna e tratar a vulnerabilidade dos trabalhadores migrantes. No entanto, a referência central à migração nos ODS é a Meta 10.7 sobre a facilitação da “migração e mobilidade ordenada, segura, regular e responsável de pessoas, incluindo através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas”.²

A incorporação da Meta 10.7 na Agenda 2030 criou a necessidade de definir “políticas de migração planeadas e bem geridas”. É por isso que, em 2015, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) desenvolveu o quadro de Governança da Migração (MiGOF). Este Marco oferece uma visão concisa de uma abordagem ideal que permite a um Estado determinar o que pode ser necessário para governar bem a migração e de uma forma que se adapte às suas circunstâncias.³ O quadro foi acolhido com satisfação pelos Estados-Membros da OIM no mesmo ano.

Em um esforço para operacionalizar o MiGOF, a OIM trabalhou com a Unidade de Inteligência do grupo The Economist para desenvolver os Indicadores de Governança da Migração (IGM), um conjunto padrão de aproximadamente 90 indicadores para ajudar os países a avaliarem as suas políticas de migração e avançarem no diálogo sobre o que uma migração bem gerida pode afigurar na prática.

Os IGM ajudam os países a identificarem boas práticas, assim como áreas com potencial para futuro desenvolvimento e podem oferecer percepções sobre as políticas que os países podem usar para desenvolverem as suas estruturas de governança de migração. No entanto, os IGM reconhecem que todos os países têm diferentes realidades, desafios e oportunidades relacionados à migração. Portanto, os IGM não classificam os países quanto à elaboração ou à implementação das suas políticas de migração. Por fim, os IGM não medem os resultados da política de migração ou a eficácia institucional. Em vez disso, fazem um balanço das políticas relacionadas à migração em vigor e funcionam como um marco de referência que oferece percepções sobre medidas de política que os países podem querer considerar à medida que avançam em direção a uma boa governança da migração.

Este relatório de país apresenta uma síntese das áreas bem desenvolvidas das estruturas de governança da migração da República de Cabo Verde (doravante denominada Cabo Verde), assim como as áreas com potencial de futuro desenvolvimento, avaliadas pelos IGM.⁴

¹ Comitê Permanente da OIM para Programas e Finanças, décima-sétima sessão (S/17/4 de 29 de setembro de 2015), artigo 2º.

² Conselho da OIM, 106ª sessão, Marco de Governança da Migração (C/106/40 de 4 de novembro de 2015), página 1, nota de rodapé 1. Disponível em <https://governingbodies.iom.int/system/files/en/council/106/C-106-40-Migration-Governance-Framework.pdf>.

³ Ibid.

⁴ A iniciativa dos IGM é um programa de referência de políticas liderada pela OIM e implementado com o apoio da Unidade de Inteligência do grupo The Economist. Tal iniciativa é financiada pelos Estados-Membros da OIM.

MARCO CONCEITUAL

MiGOF

O MiGOF da OIM estabelece os elementos essenciais para apoiar a migração planejada e bem gerida. Procura apresentar, de forma consolidada, coerente e abrangente, um conjunto de três princípios e três objetivos que, se respeitados e cumpridos, assegurariam uma migração humana, ordenada e benéfica para os migrantes e a sociedade.

PRINCÍPIOS

1. **Adesão** às normas internacionais e respeito aos direitos dos migrantes.
2. **Formulação de políticas** usando evidências e uma abordagem integrada de governo.
3. **Criação de parcerias** para lidar com a migração e questões relacionadas.

OBJETIVOS

1. **Melhorar** o bem-estar socioeconómico dos migrantes e da sociedade.
2. **Abordar de forma eficaz** os aspectos relativos à mobilidade em situação de crises.
3. **Assegurar** que a migração aconteça de forma segura, ordenada e digna.

Com base em

IGM

O QUE SÃO



Um conjunto de indicadores que oferece ideias sobre políticas que os países podem usar para fortalecer as suas estruturas de governança de migração.



Uma ferramenta que identifica boas práticas e áreas que poderiam ser melhor desenvolvidas.



Um processo consultivo que avança os diálogos sobre a governança da migração, esclarecendo como pode ser uma "migração bem gerida" no contexto da Meta 10.7 dos ODS.

O QUE NÃO SÃO



Não é uma classificação de países.



Não avalia os impactos das políticas.



Não é prescritivo.

Que apoia a medição de



META 10.7

"Facilitar a migração e a mobilidade de pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas."



PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

Os IGM estão compostos por cerca de 90 indicadores agrupados em 6 dimensões diferentes de governança de migração que se baseiam nas categorias de MiGOF:



DIREITOS DOS
MIGRANTES
PÁGINA 12

Os indicadores neste domínio analisam até que ponto os migrantes têm acesso a determinados serviços sociais, como saúde, educação e segurança social. Também analisa a reunificação familiar, o acesso ao trabalho e o acesso à residência e à cidadania. As convenções internacionais assinadas e ratificadas também estão incluídas.



ABORDAGEM INTEGRADA
DO GOVERNO
PÁGINA 14

Os indicadores nesta área avaliam os marcos institucionais, jurídicos e regulamentares dos países relacionados com as políticas de migração. Esta área também analisa a existência de estratégias nacionais de migração que estão em linha com os objetivos de desenvolvimento e supervisiona os esforços de desenvolvimento, assim como a transparência institucional e a coerência em relação à gestão da migração.



PARCERIAS
PÁGINA 16

Esta categoria concentra-se nos esforços dos países para cooperar em questões relacionadas à migração com outros Estados e com atores não governamentais relevantes, incluindo organizações da sociedade civil e o setor privado.



BEM-ESTAR DOS
MIGRANTES
PÁGINA 18

Os indicadores nesta área avaliam as políticas dos países em relação ao reconhecimento das qualificações educacionais e profissionais dos migrantes, as disposições que regulam a migração de estudantes e a existência de acordos bilaterais de trabalho entre os países. Os aspectos do envolvimento da diáspora no país de origem e remessas de migrantes também estão incluídos neste domínio.



DIMENSÃO DE MOBILIDADE
EM SITUAÇÕES DE CRISE
PÁGINA 20

Esta categoria analisa o tipo e o nível de preparação dos países quando enfrentam as dimensões de mobilidade das crises. As perguntas analisam os processos em vigor para nacionais e estrangeiros durante e após os desastres, incluindo se a assistência humanitária está disponível tanto para os migrantes quanto para os cidadãos nacionais.



MIGRAÇÃO SEGURA,
ORDENADA E REGULAR
PÁGINA 21

Esta área analisa o enfoque dos países na gestão da migração em termos de controle de fronteiras e políticas de fiscalização, critérios de admissão de migrantes, preparação e resiliência no caso de fluxos migratórios significativos e inesperados, assim como o combate ao tráfico de pessoas.



1

ADESÃO A PADRÕES INTERNACIONAIS E AO RESPEITO AOS DIREITOS DOS MIGRANTES

1.1. Convenções internacionais ratificadas

Tabela 1. Assinatura e ratificação de convenções internacionais

Nome da convenção	Ratificada
Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Trabalhadores Migrantes (Revista), 1949 (nº 97)	Não
Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados (também conhecida como Convenção de Genebra), 1951	Sim (1981)
Convenções das Nações Unidas sobre apatridia, 1954 e 1961	Sim (2019)
Convenção da OIT sobre Trabalhadores Migrantes (disposições complementares), 1975 (nº 3)	Não
Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (UNCDC), 1989	Sim (1990)
Convenção Internacional das Nações Unidas sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias	Não

1.2. Governança de migração: Exemplos de áreas bem desenvolvidas

Os migrantes com estatuto regular têm igual acesso, como os cidadãos do país, à educação financiada pelo governo. O Regulamento Geral de Acesso ao Ensino Superior (2019) estabelece que os migrantes com visto de estudante podem frequentar escolas e instituições públicas e privadas, assim como centros de formação profissional.

Os migrantes, dependendo do seu estatuto migratório, têm o mesmo acesso à protecção social que os cidadãos nacionais. Existem três tipos de protecção social em Angola: básica, obrigatória e complementar. A protecção social básica está disponível para toda a população residente que estiver em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência, como por exemplo pessoas em situação de grave pobreza ou desempregados em risco de marginalização. A protecção social obrigatória e complementar está disponível apenas para os trabalhadores, conforme definido pela Lei de Bases de Protecção Social (2004).⁵ A protecção social complementar é opcional, mas requer a inscrição no regime obrigatório. Trabalhadores estrangeiros têm direito à pensão de reforma por velhice, pensão de reforma antecipada e abono de velhice, como previsto no Decreto 40/08 (2008).

Os migrantes podem solicitar a cidadania de Angola após residirem no país por pelo menos dez anos.⁶

⁵ A protecção social obrigatória abrange os trabalhadores em situações de falta ou diminuição da capacidade de trabalho, na maternidade, no caso de acidentes de trabalho e doenças profissionais, no desemprego, na velhice, na morte, assim como em “casos de aumento de encargos familiares”.

⁶ Desde que possa satisfazer os seguintes requisitos: ser maior perante a lei angolana; oferecer garantias morais e cívicas de integração na sociedade angolana, possuir capacidade legal para reger sua pessoa; possuir conhecimento suficiente da língua portuguesa, aferido através de exame; possuir uma ligação efectiva à comunidade nacional; ter um conhecimento adequado dos direitos e deveres decorrentes da Constituição; e não ter sido condenado por crime com sentença igual ou superior que três anos.

1.3. Áreas com potencial para futuro desenvolvimento

Os migrantes têm acesso a cuidados de saúde financiados pelo governo em Angola com base no seu estatuto migratório e se Angola tiver acordos com os seus países de origem no princípio da reciprocidade na prestação de cuidados de saúde. A Lei de Bases do Sistema de Saúde (1992) estabelece que apenas residentes estrangeiros em condição de reciprocidade podem ter acesso ao Sistema Nacional de Saúde de Angola. O Regime Jurídico do Estrangeiro na República de Angola (2019) prevê ainda que os cidadãos estrangeiros possam requerer um Visto de Tratamento Médico com validade de 180 dias e que lhes permita receber tratamento em hospital público ou privado.⁷

Angola assinou convenções de seguridade social com Portugal e Cabo Verde em 2004 e 2010, respectivamente, que visam garantir o princípio da reciprocidade em matéria de proteção social. Angola também assinou um protocolo com Portugal em 2020 que tem como foco a portabilidade dos direitos previdenciários e a implementação da convenção de 2004. Angola adotou uma convenção multinacional de seguridade social com a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) em 2015, que prevê a proteção da seguridade social nos Estados Membros, abrangendo incapacidade, velhice e morte. As convenções de seguridade social com Portugal, Cabo Verde e a CPLP ainda não foram operacionalizadas a partir de abril de 2021.

Apenas residentes permanentes, residentes temporários⁸ e migrantes com algumas categorias de vistos de permanência temporária⁹ têm o mesmo acesso ao emprego que os nacionais. Todos os outros migrantes precisam de visto de trabalho, o que não permite que os seus titulares mudem de emprego e tenham um novo emprego. Os contratos de trabalho de estrangeiros não residentes¹⁰ podem ser renovados sucessivamente até o limite de 36 meses, conforme previsto no Regulamento sobre o Exercício da Atividade Profissional do Trabalhador Estrangeiro Não Residente (2017).

O Regime Jurídico do Estrangeiro na República de Angola (2019) estabelece que a autorização de residência permanente é concedida ao cidadão estrangeiro após 10 anos consecutivos de residência e esta autorização deve ser renovada a cada 5 anos.

Embora Angola não tenha uma política ou estratégia para combater crimes de incitação ao ódio, violência, xenofobia ou discriminação contra migrantes, a Constituição (2010) proíbe a discriminação com base em vários factores, incluindo local de nascimento.¹¹

A Lei Eleitoral (2004) garante a todos os cidadãos angolanos, incluindo os que vivem no exterior, o direito de votar nas eleições presidenciais e parlamentares nacionais. Entretanto, o voto do exterior não foi possível na prática para as eleições de 2012 e 2017, devido à falta de recursos.

⁷ Os serviços de saúde pública são gratuitos para todos os migrantes e nacionais. O pagamento das taxas de cuidados de saúde privados tem de ser acordado antes da admissão.

⁸ O cartão de residente temporário é válido por até três anos, enquanto o cartão de residência permanente é válido por 5 anos. Contudo, este último só é concedido para estrangeiros que estejam a viver em Angola por pelo menos 10 anos.

⁹ Aplicável para as seguintes categorias: cumprir missão numa instituição religiosa ou organização não-governamental; realizar trabalho de investigação científica; acompanhar familiar do titular de visto de estudo, de tratamento médico, de investidor, de trabalho ou de autorização de residência válida; e ser cônjuge de cidadão nacional.

¹⁰ Trabalhadores estrangeiros não residentes são aqueles que foram contratados por período determinado e possuem um visto de trabalho.

¹¹ Angola possui jus soli e, portanto, qualquer pessoa nascida no seu território ganha automaticamente a cidadania angolana.



2

FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS COM BASEADAS EM EVIDÊNCIAS E APLICAÇÃO DE UM ENFOQUE INTEGRAL DE GOVERNO

2.1. Governança da migração: Exemplos de áreas bem desenvolvidas

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), subordinado ao Ministério do Interior (MININT), é responsável pela execução da política de migração nacional. Tem como missão promover, coordenar e implementar medidas de trânsito, entrada, permanência, residência e saída de migrantes, bem como vigilância de fronteiras. O Ministério das Relações Exteriores (MIREX) é responsável pela emissão de vistos por meio da rede diplomática e consular. O Instituto de Apoio às Comunidades Angolanas no Estrangeiro (IAECEA), criado em 1992 e a funcionar no âmbito do MIREX, tem como missão envolver e prestar assistência à diáspora e apoiar o processo de reintegração dos nacionais de regresso a Angola. Em 2020, o Instituto colaborou para a organização de vôos de repatriação para nacionais durante a pandemia do COVID-19. O IAECEA também desenvolve campanhas de informação sobre paz e reconciliação.

A Política de Migração de Angola (PMA) foi adoptada em 2018 pelo Conselho de Ministros. Equipes intersectoriais das principais partes interessadas da migração – incluindo o MININT, o MIREX, o sector privado e órgãos da sociedade civil – são responsáveis pela sua disseminação e integração em suas respectivas áreas de trabalho. A PMA tem como foco: a gestão dos fluxos migratórios; o estudo das tendências migratórias; a integração dos migrantes e a reintegração dos nacionais, a colecta, análise e publicação de dados migratórios; a análise dos efeitos das alterações climáticas nas políticas migratórias; a promoção do turismo como chave para o desenvolvimento; o engajamento e contribuição da diáspora para o desenvolvimento de Angola; o retorno de cidadãos qualificados; e a prevenção do crime transnacional.

Para abordar a integração dos migrantes, a PMA oferece directrizes amplas, como a criação de redes de informação, reunificação familiar rápida e processos de regularização de imigração mais eficientes. Além disso, abrange medidas específicas de integração a adoptar para a diáspora no regresso a Angola, incluindo a criação de incentivos no mercado de trabalho e salários atractivos, boas condições de moradia e procedimentos simples de acesso aos serviços de saúde e educação.

A PMA está alinhada com o Plano de Desenvolvimento Nacional de Angola 2018-2022 no que tange à necessidade de reduzir a imigração irregular e de captar investimento estrangeiro e conhecimento técnico para o desenvolvimento nacional. Ambos os documentos se referem também à necessidade de adopção de instrumentos jurídicos relacionados com a migração, como o Regime Jurídico do Estrangeiro na República de Angola (2019).

As regras e normas relativas à migração estão disponíveis no site do SME em português, inglês e francês. O site dá informações sobre mais de dez tipos de visto, incluindo a sua validade, custos e como solicitá-los. Também possui uma secção sobre “Legislação” com links para as leis de migração relevantes.¹²

O Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE) publicou o Inquérito do sobre Despesas, Rendimentos e Emprego em Angola *IDREA* 2018–2019 (2020), o qual inclui dados sobre a distribuição da população migrante interna e internacional por província desagregada, por sexo, idade, nível de educação e quintil socioeconómico.

2.2. Áreas com potencial para futuro desenvolvimento

Não existe uma agência governamental líder responsável pela concepção e coordenação da implementação de uma política global de migração em Angola. A PMA afirma que “existe a necessidade de se criar um

¹² O website da SME requer actualizações a partir de abril de 2021.

órgão multisectorial responsável pela implementação, acompanhamento e avaliação da política nacional de migração”, mas este não foi criado. Também não há plano de implementação em vigor para a PMA.

A PMA prescreve a criação de um mecanismo de coordenação interministerial sobre questões de migração a nível nacional – o Observatório Migratório Nacional (OMIGRAN) – mas ainda não foi estabelecido. O OMIGRAN também terá a tarefa de garantir a coerência política vertical e o envolvimento multisectorial com órgãos governamentais e da sociedade civil e dentro destes.

O relatório “Tendências sobre o Crescimento da População em Angola” (2018) do INE contém dados sobre o número de migrantes internos e internacionais por província e a dimensão da população migrante internacional desagregada por sexo, mas o relatório não é publicado regularmente.

Não existe uma agência governamental dedicada responsável pela implementação da política de migração em Angola. A PMA recomenda o desenvolvimento de um plano de implementação que considere a emigração e o engajamento da diáspora como responsabilidade conjunta de atores chaves na migração, como por exemplo o MININT, MIREX e SME.

A PMA afirma que as mulheres são um grupo vulnerável como as principais vítimas do tráfico de pessoas, mas não faz outras referências a gênero.

3

CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS PARA LIDAR COM A MIGRAÇÃO E QUESTÕES RELACIONADAS

3.1. Governança de migração: Exemplos de áreas bem desenvolvidas

Angola é membro do Diálogo de Migração para a África Austral (MIDSA) – um processo consultivo regional (RCP) que engloba os Estados-Membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). O MIDSA foi estabelecido em 2000 para aumentar a cooperação interestadual na perspectiva de melhorar a governança no domínio da migração. Angola é também membro do Fórum Pan-Africano das Migrações da União Africana – que foi criado em 2015 para promover e aprofundar o diálogo inter e intraestatal – assim como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).¹³ Angola é signatária e implementa diversos acordos de mobilidade com outros membros da CPLP. Estes incluem o Acordo de Concessão de Vistos a Estudantes Nacionais da CPLP (2007) e o Acordo de Concessão de Visto de Entradas Múltiplas para Categorias Específicas de Pessoas (2002). Angola também é parte da Reunião Técnica Conjunta sobre Mobilidade da CPLP, que é organizada de acordo com a necessidade.

Angola assinou acordos comerciais bilaterais com componentes de mobilidade com a Guiné Equatorial em 2007, África do Sul, Turquia e Estados Unidos da América em 2009, República Centro-Africana em 2010, Benin em 2012 e as Filipinas em 2013. Angola também assinou acordos bilaterais de mobilidade com 38 outros países, a exemplo de uma parceria econômica em andamento (em abril de 2021) com a Namíbia, que foi assinada em 2009 e permite a livre circulação de pessoas entre os dois países.

Angola assinou um memorando de entendimento (MdE) em 2019 com a Zâmbia que se concentra na cooperação no combate ao tráfico de drogas, migração irregular e crimes transnacionais, assim como na melhoria dos seus acordos bilaterais de isenção de vistos. Angola também assinou um memorando de entendimento relacionado à migração com Ruanda e outro com a Federação Suíça sobre o repatriamento de cidadãos angolanos em 2013.

Angola participa em negociações bilaterais e multilaterais e discussões sobre questões de migração com outros países. Por exemplo, em 2020 manteve reuniões com a República Democrática do Congo sobre o repatriamento de cidadãos congolese na condição migratória irregular em Angola. Em 2020 foram assinados acordos entre os dois países em matéria de segurança e ordem interna, bem como a matéria de circulação de pessoas ao longo da Fronteira comum.

3.2. Áreas com potencial para futuro desenvolvimento

Angola envolve organizações da sociedade civil e o setor privado na definição da agenda e implementação de questões relacionadas com a migração numa base *ad hoc*. Por exemplo, o setor privado, organizações não governamentais e organismos da sociedade civil foram consultados durante o desenvolvimento da Política de Migração de Angola. Organizações da sociedade civil também foram consultadas durante o desenvolvimento da Lei sobre o Direito de Asilo e Estatuto de Refugiado (2015) e do Regime Jurídico do Estrangeiro na República de Angola (2019).

Angola envolve membros da diáspora e comunidades de expatriados na definição da agenda e implementação da política de desenvolvimento numa base *ad hoc*. Por exemplo, o governo organizou uma reunião em novembro de 2004 com cerca de 250 angolanos altamente qualificados a viver no estrangeiro e mais de 260 especialistas e decisores políticos nacionais, durante a qual discutiram os direitos da diáspora, o regresso e reintegração de quadros angolanos e a participação dos diáspora no desenvolvimento nacional,

¹³ Os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) incluem Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

entre outros assuntos. Adicionalmente, o Instituto de Apoio às Comunidades Angolanas no Estrangeiro (IAECAE), com o apoio da OIM, está a organizar o primeiro fórum nacional da diáspora para envolver a diáspora e promover a sua participação ativa no desenvolvimento do país.

Angola não faz parte de um acordo regional de promoção da mobilidade profissional.



4

FOMENTO AO BEM-ESTAR SOCIOECONÔMICO
DOS MIGRANTES E DA SOCIEDADE

4.1. Governança de migração: Exemplos de áreas bem desenvolvidas

Angola considera as habilidades e capacidades dos trabalhadores migrantes como um critério para a admissão no país. A categoria geral de “visto de trabalho” inclui as seguintes subcategorias de visto: a) trabalho em uma instituição ou entidade pública; b) trabalhadores autônomos; c) trabalho no setor de mineração, construção ou petróleo; d) trabalho no comércio, indústria, pesca, transporte marítimo e aéreo; e) trabalho em atividades definidas pelos acordos de cooperação; e f) qualquer outro setor. Os requisitos para todos os vistos de trabalho são os mesmos e os migrantes são obrigados a apresentar suas qualificações educacionais e experiência profissional ao solicitar qualquer um dos vistos.

A Lei de Bases do Sistema Educativo (2001) estabelece que os certificados de educação obtidos em outros países são válidos em Angola desde que sejam reconhecidos pelo Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos Superiores (INAAREES). Para que as suas habilitações estrangeiras sejam reconhecidas, as pessoas físicas devem apresentar ao INAAREES um certificado com as unidades curriculares e conteúdo, a duração dos estudos e a classificação obtida em universidade legal e credenciada. Os estudantes estrangeiros têm acesso igualitário ao ensino universitário em Angola, desde que obtenham o visto de estudante, nos termos do Regulamento Geral de Acesso ao Ensino Superior, como definido no Regulamento Geral de Acesso ao Ensino Superior (2019).¹⁴ Estudantes internacionais não são obrigados a realizar a prova nacional de acesso à universidade que os nacionais são obrigados a prestar. Universidades públicas reservam 5 por cento de suas vagas para alunos internacionais.

4.2. Áreas com potencial para futuro desenvolvimento

Angola não colecta dados do mercado de trabalho desagregados por estatuto de migração e sexo. O último Relatório Anual de Estatísticas Sociais do INE (com os dados disponíveis em 2011) não contém dados do mercado de trabalho desagregados por estatuto de migração. O INE publica relatórios de avaliação nacional para monitorizar a procura de imigrantes no mercado de trabalho a cada três meses, os quais não contém uma lista de escassez de mão de obra.

Angola dispõe de dois instrumentos de acompanhamento da oferta de mão-de-obra doméstica: O Registo Nominal de Trabalhadores – que coleta informação sobre o número de trabalhadores, suas qualificações and estrutura salariais, entre outras, em diferentes setores de emprego – e o Registo de Contratos de Trabalho. Entretanto, nenhum dos dois dá informação sobre os efeitos dos emigrantes no mercado de trabalho doméstico.

Angola não possui um programa de gestão da migração laboral para o país. A aprovação da autorização de trabalho depende da inexistência de angolanos disponíveis ou dispostos a assumir o posto de trabalho, o que é decidido pela SME. A PMA estabelece que a quota nacional de migrantes não deve ultrapassar 15,5 por cento da população, mas esta quota não é baseada na demanda do mercado de trabalho.

Angola tem medidas para promover a igualdade de gênero na força de trabalho, mas nenhuma é especificamente voltada para os migrantes. A Lei Geral do Trabalho (2015) proíbe a discriminação contra as mulheres no local de trabalho e a Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Gênero (2013) oferece um quadro geral para a promoção da igualdade de gênero, inclusive no mercado de trabalho.

¹⁴ Se o número de alunos internacionais for mais baixo que 5 por cento, nacionais como admissão condicional podem ocupar as vagas.

Angola não possui medidas para promover o recrutamento ético de trabalhadores migrantes. A Inspeção-Geral do Trabalho, tutelada pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, é responsável pela fiscalização das inspeções gerais aos empregadores e agentes de recrutamento, embora o Ministério não tenha acesso ao processo de recrutamento.

Angola não tem mecanismos para proteger os direitos dos seus cidadãos que trabalham no estrangeiro.

Angola ainda não participa activamente da promoção da criação de esquemas formais de remessas. Atualmente não há canais disponíveis para enviar ou receber remessas no país até abril de 2021. No entanto, a PMA estabelece a necessidade de criar esquemas de remessas favoráveis e defende a criação de um “banco solidário” para promover esquemas de remessas.



5

ABORDAGEM EFICAZ DAS DIMENSÕES DE MOBILIDADE DA CRISE

5.1. Governança de migração: Exemplos de áreas bem desenvolvidas

Os cidadãos angolanos residentes no estrangeiro podem se inscrever nas embaixadas de forma voluntária. Os consulados e embaixadas fornecem documentos relevantes e apoio para o retorno de nacionais.

O Instituto de Apoio às Comunidades Angolanas no Estrangeiro (IAECEA), em cooperação com consulados e embaixadas, é responsável pelo apoio aos nacionais no estrangeiro em tempos de crise. Além disso, o Governo presta assistência *ad hoc* aos seus nacionais no estrangeiro através dos seus consulados. Por exemplo, os consulados ajudaram mais de 2.600 cidadãos angolanos no exterior durante a pandemia COVID-19, incluindo através de voos humanitários, vindos do Brasil e de Portugal, entre outros países.

Tendo em vista a pandemia, o Governo também estabeleceu medidas excepcionais para os estrangeiros em território nacional, como a extensão de validade de vistos e cartões de residências, conforme ao Decreto Presidencial 229/20.¹⁵

Angola possui medidas para conceder isenções de procedimentos de imigração a migrantes cujos países de origem estão passando por uma crise. O Regulamento do Regime Jurídico para Estrangeiros (2011) estabelece que vistos de residência temporária podem ser concedidos por razões humanitárias, e o Regime Jurídico para Estrangeiros na República de Angola (2019) prevê que vistos de fronteira podem ser concedidos quando a entrada no território nacional é justificada por “razões imprevistas e bem fundamentadas”.

5.2. Áreas com potencial para futuro desenvolvimento

A Comissão Nacional de Proteção Civil de Angola (CNPC) (subordinada ao Ministério do Interior) e o Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros são responsáveis pela gestão de desastres. O Plano Estratégico para a Prevenção e Redução do Risco de Desastres no Âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento (2013–2017), que foi desenvolvido pelo CNPC, visa contribuir para a redução do risco de desastres através da sensibilização, formação e capacitação, mas não inclui medidas específicas para migrantes. Nem o Plano Nacional de Preparação, Resiliência, Resposta e Recuperação de Desastres Naturais para o período (2015–2017) nem o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (2018–2022) contêm medidas relevantes a questões relacionados à migração. O PND não prevê medidas relativas ao deslocamento e pessoas deslocadas internamente, embora estabeleça como uma das suas principais prioridades o registo e legalização excepcional de “ex-refugiados”¹⁶ que pretendam permanecer em Angola. O PND não trata da reintegração de migrantes que retornam.

Angola não tem uma estratégia de redução do risco de desastres com disposições específicas para prevenir e abordar os impactos dos desastres de deslocamento, nem um plano de contingência para gerir movimentos populacionais em grande escala em tempos de crise. Documentos importantes sobre desastres também não fazem referência a movimentos populacionais em grande escala.

Angola não possui estratégias para enfrentar os movimentos migratórios causados pelos efeitos adversos das mudanças climáticas. A PMA recomenda que o Ministério do Meio Ambiente, em colaboração com outros actores relevantes, realize uma análise dos efeitos da mudança climática nas políticas de migração. A Estratégia Nacional para as Mudanças Climáticas (2018–2030), elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente, também menciona os efeitos das mudanças climáticas nas atividades agrícolas que levam ao deslocamento interno.

Angola não possui sistemas de comunicação para dar informações sobre a evolução das crises.

¹⁵ Estas medidas permanecem em vigor em abril de 2021, com o pedido aos que têm a possibilidade de regular o seu estatuto sem atrasos para o fazer.

¹⁶ O PND não traz a definição de “ex-refugiados”.



6

GARANTIA DE QUE A MIGRAÇÃO OCORRA DE FORMA SEGURA, ORDENADA E REGULAR

6.1. Governança de migração: Exemplos de áreas bem desenvolvidas

O Departamento de Fronteiras, integrado no Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), tutelado pelo Ministério do Interior, é responsável pelo controle e segurança integrados das fronteiras. O Departamento está encarregado de coordenar e implementar a política de imigração, como passagens de fronteira para gerenciar a entrada e saída de pessoas. Através das suas filiais provinciais, o departamento verifica os passaportes e a autenticidade e validade dos vistos dos indivíduos que chegam em Angola. O Departamento de Fronteira trabalha em cooperação com o Comando Nacional da Polícia Fiscal, do Comando Nacional da Polícia de Fronteiras, da Direção Nacional de Investigação Criminal, da Direção Nacional de Inspeção e Investigação de Atividades Econômicas e dos Serviços Nacionais de Alfândegas.

Angola dispõe de um sistema misto online e físico para a solicitação de vistos antes da chegada. Os requerentes podem acessar o formulário de pedido de visto no site do SME, embora as solicitações devam ser apresentadas pessoalmente. Uma reunião presencial com o SME ou missões diplomáticas no exterior também é necessária.

A PMA contém medidas de combate ao tráfico de pessoas, incluindo a criação de instituições multidisciplinares de apoio às vítimas de tráfico e desmantelamento de redes de tráfico de pessoas. A Estratégia Nacional de Médio Prazo para os Direitos Humanos 2020–2025 (Decreto Presidencial nº 100/20) também descreve medidas relevantes, incluindo a elaboração de um Plano de Ação Nacional para Prevenir e Combater o Tráfico de Seres Humanos (aprovado pelo Decreto Presidencial nº 31/20), a elaboração de um Mecanismo Nacional de Referência de Assistência às vítimas (em processo), um banco de dados estatísticos sobre o tráfico e a aprovação da Lei de Proteção às Vítimas (Lei nº 1/20). I). A Comissão Interministerial de Combate ao Tráfico de Seres Humanos – criada em 2014 sob a autoridade do Ministério da Justiça e do Ministério da Ação Social, Família e Promoção da Mulher – conta com uma base de dados de seguimento de casos, que é atualizada periodicamente. De 2015 a 2020 foram registados na referida base de dados aproximadamente 110 casos. Ainda, Angola aderiu a Base de Dados da SADC em 2018. A Comissão trabalha no âmbito das denominadas quatro Ps: prevenção, proteção às vítimas, persecução o dos perpetradores e parcerias.¹⁷ Angola também se inscreveu no Sistema Regional de Coleta de Dados Anti-Tráfico de Pessoas da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) em 2017.¹⁸

6.2. Áreas com potencial para futuro desenvolvimento

O excesso de estadias com vistos não é sistematicamente controlado. O Departamento de Estrangeiros, no âmbito da SME, é responsável pelo registo, controlo e aprovação de vistos de entrada e de residência.

Os oficiais de fronteira angolanos recebem formação numa base *ad hoc*. Por exemplo, em dezembro de 2019, quase 200 oficiais da Polícia de Controle de Fronteiras e da Polícia de Ordem Pública receberam treinamento para desenvolver respostas operacionais e táticas a novos fenômenos migratórios e para aumentar os seus conhecimentos sobre mecanismos de proteção e controle de fronteiras. Também são ministradas formações *ad hoc* por organizações internacionais. Por exemplo, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) em coordenação com o Governo de Angola formou 50 participantes – entre os quais, Polícia de Investigação Criminal, Polícia de Controlo de Fronteiras, Procuradores e Juizes – sobre o combate ao tráfico de seres humanos em Fevereiro de 2021.

¹⁷ Bilaterais com Estados Unidos de América, Portugal, e outros; multilaterais a nível da SADC e UNODC; e outras organizações como a OIM, JRS e outros.

¹⁸ Como resultado das preocupações levantadas pelos Estados Membros da SADC, o Secretariado da SADC e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) colaboraram para reforçar as capacidades dos Estados Membros da SADC para recolher e gerir dados sobre o tráfico de pessoas através do Sistema Regional Anti-Tráfico de Dados de Pessoas da SADC.

Não existe um programa formal do governo focado na atração de cidadãos que migraram de Angola. Existem iniciativas *ad hoc* que se concentram em facilitar a reintegração de migrantes no país. Desde 2003 (e em curso em abril de 2021), órgãos governamentais cooperaram com a OIM para estabelecer um programa que visa facilitar o retorno e a reintegração de cidadãos no exterior, oferecendo informações antes da partida, assistência em viagens, acomodação provisória, subsídios, treinamento e acesso a microprojetos e aconselhamento.¹⁹ O Instituto de Apoio às Comunidades Angolanas no Exterior (IAECAE) também tem como missão acolher os angolanos que regressam a Angola.

Angola tem medidas em vigor para combater a exploração laboral, mas estas não são especificamente voltadas para os trabalhadores migrantes. A Constituição e a Lei Geral do Trabalho proíbem o trabalho forçado. A Lei sobre a Criminalização das Infrações subjacentes ao Branqueamento de capitais (2014) aborda o tráfico humano, tal como definido no Protocolo de Palermo.²⁰ Esta lei introduz penas de prisão para tráfico para fins de exploração sexual, trabalho forçado ou tráfico de órgãos; escravidão e servidão; compra e venda de criança menor de 14 anos de idade para adoção ou para escravidão; e proxenetismo. Estas disposições são reforçadas no Código Penal (2019).

O acordo formal de cooperação de Angola com Portugal sobre cooperação jurídica e judiciária, assinado em 1997, abrange questões civis e criminais e serve de base para a cooperação *ad hoc* entre os dois países. Embora não faça nenhuma referência específica ao contrabando de pessoas, resultou na condenação de traficantes de crianças angolanos residentes em Portugal por um tribunal português.

¹⁹ As instituições envolvidas incluem o Ministério da Assistência e Reinserção Social, a Direção Nacional de Assistência e Promoção Social, o Instituto Nacional da Criança e cortes de famílias.

²⁰ Este é o Protocolo da ONU para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças.



PRINCIPAIS FONTES

Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

- 2006 Acordo de Cooperação Multilateral de Combate ao Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças no Ocidente e celebrado com a Comunidade Económica dos Estados da África Central. Disponível em www.africa-eu-partnership.org/sites/default/files/documents/mme_tip_background_paper_en_0.pdf.

Comunidade dos países de língua portuguesa

- 2002 Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas. Disponível em www.cplp.org/Default.aspx?ID=3872.
- 2005a Convenção sobre Extradicação entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFiler%2fcplp%2fAcordos%2fConvencaoExtradicao.pdf.
- 2005b Convenção sobre Assistência Judiciária em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2fFiles%2fFiler%2fcplp%2fAcordos%2fmaisAcordos%2fConvAuxilJudPenalentreEMCPLP.pdf.
- 2007 Acordo de 2007 sobre a Concessão de Vistos a Estudantes Nacionais da CPLP. Disponível em www.cplp.org/Default.aspx?ID=3872.

Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)

- 2005 Protocolo da sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas. Disponível em www.sadc.int/files/9513/5292/8363/Protocol_on_Facilitation_of_Movement_of_Persons2005.pdf.
- 2013 Programa de Trabalho Decente 2013–2019. Disponível em www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---migrant/documents/genericdocument/wcms_379400.pdf.
- 2014a Quadro da Política de Migração Laboral. www.gfmd.org/pfp/ppd/10329.
- 2014b Protocolo sobre Emprego e Trabalho. Disponível em www.ilo.org/africa/areas-of-work/labour-migration/WCMS_379411/lang--en/index.htm.
- 2016 Projeto de Plano de Acção sobre Migração de Mão-de-obra. Disponível em www.iom.int/iscm/2016-2019-sadc-labour-migration-action-plan.

Departamento de Estado dos Estados Unidos da América

- 2019 Relatório de tráfico de pessoas: Angola. Disponível em www.state.gov/reports/2019-trafficking-in-persons-report-2/angola/.

Governo de Angola

- 1992 Lei n.º 21-B/92 Lei de Base do Sistema Nacional de Saúde. Disponível em www.mindbank.info/item/3456.
- 2000a Decreto sobre a Emissão e Utilização do Passaporte Nacional.
- 2000b Regulamento Orgânico do Serviço de Migração e Estrangeiro.
- 2001 Lei de Bases do Sistema Educativo. Available at www.unicef.org/angola/media/1381/file/Lei%202013_01_Lei%20de%20Bases%20do%20Sistema%20de%20Educacao%20de%20Angola%202001.pdf.
- 2004a Lei de Bases sobre a Protecção Social.
- 2004b Lei Eleitoral. Disponível em http://constitutionnet.org/sites/default/files/Angola%20-%20Law%20No%207%2004%2017%20of%20June_0.pdf.
- 2008 Lei n.º 40/08 sobre a Previdência Social para a Velhice através da atribuição de pensões de reforma, pensão de reforma antecipada e subsídio de velhice.
- 2010a Constituição da República de Angola. Disponível em www.constituteproject.org/constitution/Angola_2010.pdf?lang=en.
- 2010b Política Nacional de Saúde.
- 2010c Regulamento sobre as Atribuições, Competências, Composição e Funcionamento dos Centros de Coordenação Operacional dos Serviços de Protecção Civil.
- 2011a Decreto Executivo Conjunto n.º 125/11. Disponível em http://ficheiros.parlamento.pt/DILP/Pedidos_Informacao/Legislacao_CPLP_Trabalho_Infantil/Dec_exec_conj_125_11.pdf.
- 2011b Regulamento sobre o Regime Jurídico dos Estrangeiros.
- 2011c A Lei Orgânica sobre Eleições Gerais.
- 2013a Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género. Disponível em www.lexlink.eu/FileGet.aspx?FileId=37668.

- 2013b Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos Superiores.
- 2014 Lei n.º 3/14 sobre a Criminalização das Infracções em torno do Branqueamento de Capitais. Disponível em www.cmc.gv.ao/sites/main/pt/Lists/CMC%20%20PublicaesFicheiros/Attachments/252/Lei%20Sobre%20a%20Criminaliza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Infrac%C3%A7%C3%B5es%20Subjacentes%20ao%20Branqueamento%20de%20Capitais.pdf.
- 2015a Lei Geral do Trabalho. Disponível em www.lexlink.eu/conteudo/angola/ia-serie/1535595/lei-no-815/14793/por-tipo-de-documento/legal.
- 2015b Lei sobre o Direito de Asilo e o Estatuto de Refugiado. Disponível em www.refworld.org/docid/3ae6b4df8.html.
- 2016a Plano Nacional para a Preparação, Resiliência, Resposta e Recuperação de Catástrofes Naturais para o período de 2015–2017. Disponível em www.preventionweb.net/english/policies/v.php?id=59242&cid=5.
- 2016b Lei da Nacionalidade. Disponível em www.consuladogeraldeangolas.net/wa_files/LeiNac2016.pdf.
- 2016c Plano Estratégico para a Prevenção e Redução do Risco de Catástrofes no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013–2017. Disponível em www.preventionweb.net/english/policies/v.php?id=59241&cid=5.
- 2017a Lei n.º 43/17. Disponível em www.maptss.gov.ao/wp-content/uploads/2019/05/Dec.-Pres.-43-17.pdf.
- 2017b Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas 2018–2030. Disponível em https://info.undp.org/docs/pdc/Documents/AGO/ENAC%202018-2030_14082017.pdf.
- 2018a Política de Migração de Angola.
- 2018b Plano Nacional de Desenvolvimento 2018–2022. Disponível em www.cabri-sbo.org/en/documents/national-development-plan-pnd-2018-2022.
- 2018c Estatuto Orgânico do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- 2019a Código Penal.
- 2019b Regulamento Geral do Acesso ao Ensino Superior.
- 2019c Lei n.º 13/19 Regime Jurídico para os Cidadãos Estrangeiros na República de Angola. Disponível em www.refworld.org/docid/5d4ab9a74.html.
- 2019d Estratégia Nacional a Médio Prazo para os Direitos Humanos 2019–2022.
- 2020a Decreto Presidencial n.º 31/20 sobre o Plano de Acção Nacional para Prevenir e Combater o Tráfico de Seres Humanos.
- 2020b Decreto Presidencial 229/20. Disponível em https://angolaforex.com/wp-content/uploads/2020/09/DecPresd_229_20.pdf.
- 2020c Lei No 1/20 – Lei de Proteção às Vítimas. Disponível em www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/lei-de-protecao-das-vitimas-testemunhas-e-arguidos-colaboradores-em-processo-penal.pdf.
- Governo de Cabo Verde
- 2010 Convenção sobre Segurança Social entre a República de Cabo Verde e a República de Angola. Disponível em <https://inps.cv/organismos-internacionais/>.
- Governo de Portugal
- 1984 Acordo de Cooperação na Área da Saúde entre a República de Portugal e a República de Angola. Disponível em <https://dre.pt/home/-/dre/385829/details/maximized>.
- 1997 Acordo de Cooperação Jurídica e Judicial entre a República de Portugal e a República de Angola. Disponível em <https://dre.pt/application/file/a/512939>.
- 2004 Convenção sobre Segurança Social entre a República de Portugal e a República de Angola. Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/565252/details/maximized>.
- Instituto Nacional de Estatística de Angola
- 2018a Anuário de Estatísticas Sociais. Disponível em <https://leadershipbt.com/INE/pt/publicacoes/economia-e-financas-view/339-anuario-estatistico-de-angola>.
- 2018b Tendências de Crescimento Populacional em Angola. Disponível em <https://angola.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/TEND%C3%84NCIAS%20DO%20CRESCIMENTO%20POPULACIONAL%20EM%20ANGOLA.pdf>.
- 2020 Inquérito sobre Despesas, Rendimento e Emprego em Angola IDREA 2018-2019. Disponível em https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_637494434197630178.pdf.

Lopes, C.M.

- 2013 Reforçar a gestão de dados sobre as migrações em Angola: Avaliação e recomendações. Disponível em <https://publications.iom.int/es/books/reforcar-gestao-de-dados-sobre-migracoes-em-angola-avaliacao-e-recomendacoes>.

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

- 2020 Declaração para a Décima Sessão do Grupo de Trabalho sobre Tráfico de Seres Humanos. Disponível em https://www.unodc.org/documents/treaties/WG_TIP/WEBSITE/STATEMENTS/ANGOLA.pdf.

Organização Internacional para as Migrações (OIM)

- 2008 Fortalecimento do sector privado e combate à drenagem cerebral em Angola através do envolvimento da diáspora e da parceria Norte-Sul. Folha informativa. Novembro. Disponível em www.iom.int/jahia/webdav/shared/shared/mainsite/activities/countries/docs/strengthening_private_sector_angola.pdf.
- 2010 Angola: Um Estudo do Impacto das Remessas de Portugal e África do Sul. Migration Research Series No. 39 da OIM. Genebra. Disponível em <https://publications.iom.int/system/files/pdf/mrs39.pdf>.
- 2016 Guia Regional para facilitar a mobilidade laboral Sul-Sul na África Austral. Maputo. Disponível em https://publications.iom.int/system/files/pdf/regional_guide_to_facilitate_south-south_southern_africa.pdf.
- n.d. Recomendação RPU No. 87 - Estudo de Caso – Angola. Disponível em www.upr-info.org/followup/assessments/session20/angola/Angola-UNCT-Annex1.pdf.

Serviço Nacional de Protecção civil

- 2009 Relatório nacional de progresso sobre a implementação do Quadro de Acção de Hyogo. Disponível em www.preventionweb.net/files/7434_finalangola.pdf.



ANEXOS

MiGOF: Marco de Governança da Migração²¹

Em uma tentativa de definir o conceito de “políticas migratórias bem-geridas”, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) desenvolveu um Marco de Governança da Migração (Migration Governance Framework - MiGOF, em inglês), o qual foi bem-recebido pelo Conselho da OIM em novembro de 2015. Para os propósitos do Marco de Governança da Migração, a OIM define governança como “as tradições e instituições pelas quais a autoridade em migração, mobilidade e nacionalidade em um país é exercida, incluindo a capacidade do governo de formular e implementar de maneira efetiva políticas sólidas nessas áreas”.

O Marco estabelece os elementos essenciais da “boa governança migratória” – três princípios e três objetivos que, se respeitados e cumpridos, garantiriam uma migração humana, segura e ordenada, que beneficia os migrantes e as sociedades.²² A visão da OIM é que um sistema promove a migração e mobilidade de forma humana e ordenada e que beneficia migrantes e a sociedade:

Quando ele:

- (i) Adere às normas internacionais e respeita os direitos dos migrantes;
- (ii) Formula políticas baseadas em evidências e aplica enfoques integrados de governo;
- (iii) Constrói parcerias para lidar com a migração e questões relacionadas.

À medida em que busca:

- (i) Fomentar o bem-estar socioeconômico dos migrantes e da sociedade;
- (ii) Abordar de forma eficaz os aspectos relativos à mobilidade em situações de crise;
- (iii) Assegura que a migração aconteça de forma segura, ordenada e digna.

O MiGOF não cria novos padrões ou normas. Ao elaborar o Marco, a OIM contou com sua expertise e trabalho analítico, bem como em compromissos, pronunciamentos e declarações não-vinculantes. Também não trata da governança migratória global, que é a arquitetura internacional para lidar com questões relacionadas à migração e mobilidade humana. Ao invés disso, o foco é na governança e gestão da migração desde a perspectiva do Estado como o ator primário. O Marco não propõe um modelo único para todos os Estados, mas apresenta “um melhor caminho” ou versão ideal de governança migratória, à qual os Estados podem almejar.

O MiGOF é baseado no entendimento que, como ator primário em questões de migração, mobilidade e nacionalidade, o Estado retém o direito soberano de determinar quem entra e fica em seu território e sob quais condições, dentro dos parâmetros do direito internacional. Outros atores – cidadãos, migrantes, organizações internacionais, setor privado, sindicatos, organizações não-governamentais, organizações comunitárias, organizações religiosas e academia – contribuem para a governança migratória através de sua interação com Estados e entre si.

²¹ Conselho da OIM, Marco de Governança da Migração, sessão 106°, C/106/40 (4 de Novembro de 2015). Disponível em: <https://governingbodies.iom.int/system/files/en/council/106/C-106-40-Migration-Governance-Framework.pdf>.

²² Folha de informações, Marco de Governança Migratória (2016). Disponível em: <https://publications.iom.int/books/migration-governance-framework>.

O processo do IGM



1

Lançamento do processo do IGM

O primeiro passo do processo é explicar do que se trata o IGM para autoridades governamentais relevantes, de maneira a garantir a total compreensão e adesão ao processo.



2

Coleta e análise de dados

O segundo passo do processo é começar a coleta e análise de dados, baseando-se em cerca de 90 indicadores fundamentados nas 6 dimensões do MiGOF. Um perfil de governança migratória baseado na análise dos resultados é elaborado e compartilhado com as contrapartes governamentais.



3

Consulta interministerial

O terceiro passo do processo é realizar uma consulta interministerial onde todos os funcionários dos governos local e nacional e outros atores discutem as boas práticas e principais áreas com potencial para desenvolvimento conforme identificadas na primeira versão do perfil de governança migratória, bem como definem as prioridades no caminho a seguir. É também uma oportunidade para que os participantes comentem e ofereçam sugestões para o perfil.



4

Relatório final

Após os perfis de governança migratória serem finalizados e validados pelas contrapartes governamentais, eles são publicados no Portal Global de Dados Migratórios da OIM (Global Migration Data Portal, em inglês)²³ e na livraria online da OIM (IOM Online Bookstore)²⁴.

²³ Os relatórios finais podem ser encontrados em: <https://migrationdataportal.org/overviews/mgi#0>.

²⁴ Por favor, ver: <https://publications.iom.int/>.



www.migrationdataportal.org/mgi

 @IOM

 @UNmigration

 @UNmigration

 MGI@iom.int